

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Moacir Corrêa Borges (Secretaria de Obras PMCB), Vitor César Paris (SAF PMCB), Eraldo dos Santos (da APP), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Waldete Goulart João (APAE), Ilza Terezinha Berto Alves (Clube da Esperança). Estando ainda presentes: Ariele Rodrigues de Lima (CT), Louizi Cristina Eich (CT), Elizabeth Maccari (SAS) e Josiane de Oliveira Valgas (CMAS). O presidente inicia a reunião pedindo que seja lida a ata nº 173, da reunião anterior, e em tempo foram feitas algumas retificações: no que constava o nome da adolescente que não foi a Conferencia Nacional colocou-se Vanessa, onde constava sexta série foi trocado por sexto ano, onde constava “meninas”, trocou-se por “técnicas”. Feito as retificações o presidente questiona se há mais alguma sugestão de alteração a ser feita, não tendo os conselheiros que estiveram presentes na reunião anterior a assinaram. Foi solicitado que para as próximas reuniões a ata seja apenas enviada por e-mail, para economizar tempo. Elizabeth ressalta a importância do sigilo dos atendimentos, das situações dos casos que são expostos no CMDCA. Louizi reforça que há situações nas quais inclusive já foram mencionadas em reunião anterior, que não deve ser falado na reunião do CMDCA, mas sim em reunião própria de rede. Elizabeth menciona que estudos de casos dever ser discutidos a quem tem interesse no âmbito das redes. E explica sobre a Resolução 106/2016 do CMAS, que dispõe sobre a aprovação de período de transição para o reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Rede Socioassistencial de Proteção Social Básica do município de Capivari de Baixo-SC, que já está em Resolução CIT desde 2013, aprovando o período de transição, onde expõe que as entidades devem também ter como público prioritário as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Fala da importância do CEACA, mas que até então eram as entidades quem sempre colocaram a meta, e selecionaram seu público alvo, porém deve haver um parecer técnico tanto do CRAS quanto do CREAS, o sistema de entrada dessas crianças na entidade deve ser através deles, não inviabilizando o município do dever de atender a esse público. Relata ainda que o judiciário foi informado por este órgão de como funciona o SUAS. Presidente fala da importância do CEACA como serviço de convivência, em vez de ter dois lugares funcionando “meia boca”, focar em um serviço que funcione. Elizabeth fala que estão tendo reuniões onde já esta havendo um entendimento a respeito da proteção social básica e a rede privada dentro deste contexto. Ressalta que a questão de subvenção somente pode ser realizada se for alternativa mais econômica para o município. Ressalta que ao menos 60% das vagas ofertadas pelas entidades privadas devem ser voltadas para esse público encaminhado pela rede pública. No CEACA eram 94 crianças que freqüentavam no total, desses, 39 foram avaliadas como público prioritário e em situação de vulnerabilidade e risco social, reforçando a importância de formar um diagnóstico desse público que realmente necessita participar, seriam crianças com mais de dois anos de falta na escola, em situação de trabalho infantil, visto que a situação de vulnerabilidade não é caracterizada apenas pela ausência de renda, têm que ser verificado diversos fatores que as colocam em condição de risco. Das 64 crianças que freqüentavam o PETI, restaram 16 em condição de risco. Elizabeth ressalta que começo do ano foi verificado que a estrutura física não permitia a operacionalização do serviço, Valdenir, na época, coordenador do CREAS, falou que era necessário buscar outras alternativas, buscando articulação com os responsáveis pelo Parque Ambiental Tractebel (Associação Jorge Lacerda), Elizabeth (SAS) diz que início de abril reabriu discussão com o Leandro (Gestor de Eventos e Cultura da Associação Jorge Lacerda) e a mesma ficou de fazer o encaminhamento do projeto técnico para a consolidação da parceria com a referida Associação. Elizabeth relata que estabeleceu um convênio complementar com o CEACA, pactuando a oferta de 20 vagas, com o valor complementar de 40 mil reais. Ressalta que a Secretaria de Assistência Social possui o período de três a cinco meses e as entidades privadas a partir de 2017 para organizar os ajustes necessários à oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, reforçando que as entidades não podem fechar para férias, está em decreto. Louizi (CT) questiona se as entidades que ganham subvenção podem fechar nos períodos de férias escolares, visto que as crianças que as entidades atendem estão em vulnerabilidade maior no período de férias. Elizabeth fala que deveriam agir como ação complementar aos serviços do CRAS e CREAS, PAIF e PAEFE; O presidente Eliezer menciona que os atuais convênios não estão sendo realizados de acordo com a regulamentação federal. Elizabeth menciona que o recurso é parcelado no número de meses, portanto a entidade deve ter um plano de sustentabilidade, e reforça que para os conselheiros deliberarem se entra no SUAS tem que obedecer as regras do mesmo. O presidente

ressalta que se não vir verba do município a entidade não funciona. Josiane reforça que Elizabeth já está explicando desde 2013. Elizabeth diz que a entidade deve ter justificativa para fechar e que a entidade não é sozinha. A capacidade do CEACA é de 250 crianças; Eliezer sugere fazer reunião com Beth e as quatro entidades que estão inscritas neste Conselho para maiores explicações; o presidente Eliezer ressalta a importância do Grupo de Escoteiros Carijós funcionarem nos finais de semana, que é quando os membros não possuem compromissos como aula. Josiane (CMAS) fala da capacitação ofertada por Mariana, que entrou em contato com o CMDCA por via telefônica, e como era Josiane quem tinha o conhecimento da situação do Conselho no ano anterior, conversou com ela durante uma hora, Josiane ressalta que o ideal seria aguardar a confecção da Lei, na qual já foi enviada o projeto; o presidente Eliezer fala que foi chamado em reunião com a Câmara, mas nada oficializado, e foi informado que a iniciativa teria que partir do Executivo, Josiane relata que pode partir da Câmara, e que quem trabalha no município deve ter conhecimento acerca da Lei Orgânica, Elizabeth relata que nem tudo o que está na Lei Orgânica é certo para ser seguido, pois tem partes equivocadas por nunca ter sido revisada, e questiona sobre a consultoria. Josiane fala que será uma capacitação de dois dias, nos quais serão trabalhados os seguintes módulos: Diagnóstico, Execução, capacitação e Divulgação. Seria um serviço de orientação técnica e prática para a organização do CMDCA e FIA para viabilizar a captação de recursos. O investimento seria de R\$3.500,00. Elizabeth questiona sobre a Comissão de captação de recursos, o presidente Eliezer relata que o Conselho não está tendo o apoio da Administração, seja com o jurídico, ou contabilidade, e que também teria o problema da falta de tempo dos próprios conselheiros, a forma de captar pode ser copiado de outros municípios, porém pode criar outro problema: abrir um leque de oportunidades, mas não conseguir ir atrás dos objetivos. Elizabeth fala que o Conselho não tem uma experiência mínima acerca da captação de recursos, o presidente Eliezer fala de estar sobrecarregado, por assumir questões burocráticas demais, até pela falta de motorista e carro, também por não ter material de expediente, além de estar envolvido com diversos compromissos, ainda terá a noite reunião do CONSEG, relata que está pensando em optar ou pelos Escoteiros ou pelo CMDCA, pede o apoio e envolvimento dos demais conselheiros, para não ficar todas as responsabilidades somente para um ou dois. O conselheiro Pedro Paulo se disponibiliza a levar ofícios quando necessário. O conselheiro Eraldo ressalta a importância de chamar os conselheiros, como foi feito para participarem da reunião do Conselho Estadual, do dia 19 de maio em Florianópolis. Presidente ressalta que o Conselho não é somente um ou dois, mas todos, e todos devem ter responsabilidades. Louizi ressalta que algumas entidades participam e estão preocupadas apenas com as questões da entidade, e não com o objetivo geral do Conselho que é o direito das crianças e dos adolescentes. O presidente Eliezer ressalta que quando se trabalha junto “a coisa funciona”, como por exemplo: as eleições do CT, onde o Conselho foi elogiado pela lisura e bom trabalho, também na questão da organização do teatro que até o momento está fluindo bem. Lembra os conselheiros da importância de estar atento e ler aos e-mails, de vir as reuniões, pois há membros que titulares e suplentes estão faltando, sendo que todos são avisados e tem o cronograma. Louizi fala da questão que teve com a administração quando falou no grupo do whatsapp sobre o aparelho telefônico com problemas, onde ela expôs uma situação de que a população teve que ter acesso ao celular particular de uma conselheira para conseguir entrar em contato, já foi formalizada reclamação que o aparelho está com problemas, tem protocolado na prefeitura quantas vezes foi solicitado, foi pedido o telefone particular das conselheiras, porém diz que ninguém deu, por preocupação foi mandada a mensagem pro Conselho, pede novamente que se exerça a ética, que não chegue ao Executivo como fofoca, pois houve situação de a Selma ligar para perguntar se não tinham crédito no celular, ou seja, a informação chegou erroneamente, pois não era essa a questão que foi relatada. Inclusive vale ressaltar que o Sandro prometeu antes do recesso que ia arrumar um celular e quando as conselheiras chegaram pra pegar não tinha celular algum. Selma tirou satisfação com as conselheiras tutelares, pois falou que essa situação estava sendo cobrada em rede social, sendo esclarecido por Louizi que foi mencionado em um grupo restrito aos conselheiros do CMDCA, mostrando os membros um a um. Selma ficou de fazer uma compra direta, foi realizado três orçamentos, e agora as conselheiras estão aguardando. Louizi reforça que o Conselho Tutelar não está contra a administração, mas que cobram para que as coisas funcionem. O presidente Eliezer fala do item 4 da pauta: Informe sobre Convênio do CEACA/FIA; que seria a conselheira Rosa quem ia ter a palavra mas que não está presente, seria sobre o convênio que foi aprovado na câmara já a três semanas mas que não foi repassado o valor de R\$52.000,00, levantados pela Tractebel, diz que tentou contato com o Sandro de diversas maneiras mas não obteve êxito. Elizabeth informa que já está na tesouraria para depósito, o presidente Eliezer fala que passará lá após a reunião. Sobre o Edital de Apoio aos Fundos da Infância e Adolescência 2016 – Fundação Itaú Social, o presidente Eliezer relata que no momento o CMDCA de Capivari não pode participar, pois é requisitado que tenha o CNPJ próprio, e o CMDCA não tem a conta com

o CNPJ próprio, não conseguiu abrir no banco, pois pedem a lei de criação do FIA, e não se encontra na nossa lei um artigo que fale: fica criado o FIA, portanto o banco não aceita. Se for resolvida essa questão até agosto, que é o prazo final para envio da proposta, podemos atender aos demais requisitos do edital. Sobre a apresentação de teatro, o presidente Eliezer fala da criação do grupo do whatsapp, que facilitou a comunicação entre os interessados, está bem adiantado, bem encaminhado, e agradece a divulgação feita pelo CT. Louizi fala que só a escola Dom Anselmo tem 306 adolescentes, pela manhã serão duas municipais e a tarde três estaduais do 6º ao 9º ano, por isso não pode ser um convite aberto a comunidade, devido ao limite de público, ressalta que o valor do evento será tanto cultural como educativo, será no dia 1 de junho (quarta-feira) com primeira sessão as 9:30h e segunda sessão as 15:00; ainda ressalta a importância da união para a realização dessa apresentação, o presidente Eliezer concorda, e relembra da última reunião onde as conselheiras tutelares ressaltaram a incidência de abuso no município ressaltando a relevância do tema; Louizi fala que com certeza dará resultado, pois quando realizaram uma apresentação com recurso próprio já teve uma situação de uma criança começar a chorar e desabafar para as conselheiras, que deram o devido encaminhamento. Fala ainda que o CMDCA deve exercer o seu papel e solicitar que os membros da administração sejam efetivos; Elizabeth fala que existe um código de ética que a Assessora técnica seja efetiva, o presidente Eliezer concorda, da exemplo do conselheiro Maurício, que participou de capacitações e por pressões saiu, é necessário que sejam efetivos para dar um processo de continuidade, o presidente sugere deliberar sobre capacitação na próxima reunião, Josiane sugere que os conselheiros já dêem suas posições, os conselheiros aprovam a realização da contratação de orientação para viabilizar a captação de recursos para o FIA, porém Elizabeth ressalta que terá que ser feito três orçamentos, pois para solicitar a dispensa dos orçamentos teria que ter diferencial. Lembrando que os orçamentos devem ter objeto comum. O presidente Eliezer fala que na questão do Plano de Ação e Aplicação, esse gasto entra nas capacitações e já foi previsto, não precisando o plano ser alterado. Louizi fala que o conselheiro Eraldo foi de motorista, levando ela e a conselheira Rosa na reunião do CEDCA no ultimo dia 19, ressalta que o pessoal do conselho é bem comprometido, a adolescente Vanessa falou, se emocionou, disse que ficou uma semana sem falar direito com os pais, mas que entendia o porquê não a deixaram ir. Louizi fala que na reunião foi explicado que a realização das compras de passagens foi terceirizada, mas que em nenhum momento na discussão anterior ela foi informada disso. Lídia se desculpou, ficaram de mandar resposta a este conselho e enviarão a carta de repúdio para o CONANDA. Informaram que a Conferencia Nacional foi bastante tumultuada, mais de 7 mil pessoas; tinham LGBT fazendo atos obscenos nos corredores e banheiros, não havia separação dos públicos, eram idosos, LGBTs, crianças, todos juntos. O hotel não havia sido reservado, também tiveram problemas, inclusive tinham acesso a frigobar com bebidas alcoólicas. Adultos e crianças não puderam ficar no mesmo quarto; resumindo a adolescente Vanessa e os conselheiros entenderam, e o CEDCA parabenizou o município por ter essa iniciativa, pois foi o único que se preocupou, parabenizou também o fato de o CMDCA e CT estarem juntos, foi falado sobre a Audiência Pública que foi realizada no município, sendo elogiados pelo grande número de público que participou, os conselheiros foram convidados a participar das reuniões do CEDCA; com relação a Estruturação do Plano Decenal dos Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente CEDCA informou que vão mandar documentos aos conselhos. Elizabeth sugere que seja feita comissão ou distribuir tarefas entre conselheiros para já começar a dar andamento e gerenciar a questão com o resto da rede, lembrando que deve ser feita fiscalização do projeto do CEACA; Presidente Eliezer solicita que seja feito o levantamento das Comissões já existentes. Josiane reforça que os membros das Comissões feitas pelo conselho terão que ter os mesmos suplentes que estão no CMDCA, não podendo ser alatórios. Josiane ressalta que Cibele, membro do Youth For Human Rights International – Brasil, na qual Mery esteve mês de março dando palestra, esteve no conselho interessada em divulgar os direitos humanos, sendo este um assunto de extrema relevância, na ocasião a própria Mery solicitou que a “palestra” fosse realizada para um público restrito, devido ao número de intérpretes, portanto não foi aberto ao público. Tiveram presentes assistentes sociais e conselheiros tutelares; Josiane diz ter solicitado 200 materiais em português, sobre os direitos humanos, para os Escoteiros utilizarem, sendo que Mary solicitou na época que continuassem os trabalhos com divulgação dos direitos humanos, Josiane entrou em contato com Eliane dos Escoteiros e foi relatado que são 41 crianças no grupo. Diz ter pedido material a mais para ser utilizado também pela entidade CEACA; pois é interessante distribuir e que o pessoal se comprometa a divulgar. Louizi fala que o CT faz palestras nas escolas sobre violência, a titulo de prevenção, e podem estar incluindo o assunto: direitos humanos. Sobre elaboração de folders CMDCA, CT e FIA o presidente fala que não foi possível se reunir, Josiane ressalta que na capacitação da Mariana ela poderá auxiliar trazendo exemplos. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada esta reunião. E, para constar, foi lavrada esta ata, que após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.